

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

A DIVIDA À SEGURANÇA SOCIAL CONTINUA A AUMENTAR ATINGINDO, EM 2017, 11.219 MILHÕES €, E O ATUAL GOVERNO TEM PERDOADO ÀS EMPRESAS EM MÉDIA POR ANO 1.165 MILHÕES € DE DIVIDA ATRAVÉS DA CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES

Um dos problemas mais graves que enfrenta a Segurança Social é precisamente a enorme divida acumulada, nomeadamente das empresas que não pagam o que devem à Segurança Social (*uma parte importante deste divida são descontos feitos nos salários dos trabalhadores*) que os sucessivos governos têm permitido, pois não tomam eficazes para o impedir, mesmo com o atual governo e com crescimento económico a divida tem crescido

Esta enorme divida à Segurança Social afeta a sustentabilidade da Segurança Social, por um lado, e, por outro lado, limita os aumentos das pensões, contribuindo para as pensões de miséria que a maioria dos pensionistas continuam a receber.

Apesar de sucessivos alertas, esta questão vital para milhões de portugueses tem passado à margem da Assembleia da Republica, pois nunca se assistiu a um debate objetivo, profundo e sério desta matéria, nem das medidas que é urgente tomar para por cobro ou, pelo menos, reduzir a dimensão deste grave problema nacional.

A ENORME DIVIDA À SEGURANÇA SOCIAL QUE NÃO PÁRA DE CRESCER: um instrumento também de financiamento das empresas à custa dos descontos aos trabalhadores

Para que o leitor possa apreender rapidamente a dimensão e a gravidade deste problema, que tem passado à margem dos deputados e do governo, e de toda a comunicação social, construímos um quadro com os dados dos Balanços da Segurança Social que constam dos Relatórios que todos os anos acompanham o Orçamento do Estado (*o do OE-2019, inclui o Balanço de 2017, que é o ultimo disponibilizado pelo governo, por isso os dados do quadro vão até 2017*).

Quadro 1- Evolução da divida à Segurança Social e da divida perdoada pelos sucessivos governos no período 2005-2017

GOVERNOS	ANOS	DIVIDA DE CONTRIBUINTES Divida Bruta - Milhões €			DIVIDA PERDOADA PELO GOVERNO (que se prevê perdida- provisões constituídas) Milhões €	DIVIDA LIQUIDA (que se prevê receber) Milhões €
		Curto prazo	A médio e longo prazo	DIVIDA TOTAL		
PS/Sócrates/Vieira da Silva (6 anos)	2005	1 422,2		1 422,2	136,5	1 285,6
	2011	3 735,1	3 407,1	7 142,2	3 402,3	3 739,9
PSD/CDS/Troika (4 anos)	2011	3 735,1	3 407,1	7 142,2	3 402,3	3 739,9
	2015	2 871,3	7 888,3	10 759,6	4 700,7	6 058,9
PS/Costa/Vieira da Silva (2 anos)	2016	2 444,7	8 378,3	10 823,0	6 925,8	3 897,3
	2017	2 734,8	8 485,0	11 219,7	7 029,9	4 189,9
Varição - PS/Socrates (6 anos)	2005/11	2 312,9	3 407,1	5 720,0	3 265,7	2 454,3
Varição - Passos Coelho/Portas (4 anos)	2011/2015	-863,8	4 481,2	3 617,4	1 298,4	2 319,0
Varição - Costa (2 anos)	2015/2017	-136,6	596,7	460,1	2 329,2	-1 869,0
AUMENTO 2005/2017- Em %		92,3%		688,9%	5048,7%	225,9%

FONTE : Balanços da Segurança Social publicados nos Relatórios do Orçamento do Estado - 2006/2019 - DGO. Ministério das Finanças

Entre 2015 e 2017, a divida total dos contribuintes, nomeadamente empresas, à Segurança Social aumentou em 9.797,5 milhões €, pois passou de 1.422,2 milhões € para 11.219,7 milhões €. Por governos, a divida aumentou 5.720 milhões € durante o governo Sócrates/Vieira da Silva (*em média 953,2 milhões € por ano*); durante o governo Passos Coelho/Portas/Troika a divida cresceu em 3.617,4 milhões € (*em média 904 milhões €/ano*); e com o governo PS/Costa/Vieira da Silva a divida à Segurança Social continuou a aumentar, tendo aumentado em 2 anos deste governo 460,1 milhões €.

É importante lembrar que cerca de 3.561 milhões € dos 11.219,7 milhões € de divida, são descontos feitos nos salários dos trabalhadores, que ficaram sem esse dinheiro que depois não foi entregue à Segurança Social pelas entidades patronais, delapidando o património desta e os rendimentos dos trabalhadores. É uma forma encapotada também de financiamento das entidades patronais por meio dos descontos feitos nos salários dos trabalhadores e das contribuições das empresas que não entregam à Segurança Social.

São valores enormes que afetam a sustentabilidade da Segurança Social, sendo depois essa situação utilizada como argumento quer para justificar as pensões de miséria quer para bloquear as reformas antecipadas, pretendendo-se reduzir esse direito apenas

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

àqueles que aos 60 anos de idade tenham pelo menos 40 anos de descontos, como consta de lei do Orçamento do Estado que analisamos em estudo anterior. Mas, apesar disso, tem merecido pouca atenção por parte dos partidos na Assembleia da República.

Vieira da Silva ainda apresentou no 1º ano da legislatura um miniplano de recuperação da dívida, mas perante a nula vigilância da Assembleia da República deixou de o apresentar a partir desse ano, e ninguém teve a iniciativa de o exigir. E isto apesar de ser fundamental para a sustentabilidade da Segurança Social e para esta poder pagar melhores pensões. Basta dizer que a dívida acumulada até a 2017 corresponde a 90% da despesa com as pensões de velhice em 2017 de todos os pensionistas de velhice.

O ENORME PERDÃO DA DÍVIDA FEITO PELOS SUCESSIVOS GOVERNOS ATRAVÉS DA CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES PARA ANULAR A DÍVIDA SEM A RECEBER

Uma das formas que os sucessivos governos utilizam para anular a dívida sem a receber é através da constituição de “provisões”, que é um expediente contabilístico para dizer que consideram a dívida perdida. É uma espécie de perdão oculto atrás de um “palavrão” contabilístico, muitas vezes utilizando o argumento que o devedor desapareceu ou que já não tem bens para pagar o que deve.

Deixa-se passar anos sem fazer nada, não disponibilizando aos serviços os meios humanos e materiais que carecem para atuar com eficácia na recuperação da dívida e depois constituem-se “provisões”, que é a forma mais fácil de fazer desaparecer a dívida, ou seja, o dinheiro descontado nos salários dos trabalhadores e as contribuições devidas pelas empresas à Segurança Social, enfraquecendo a sustentabilidade desta, e reduzindo a sua capacidade para pagar melhores pensões.

Como revela o quadro 2, o governo PS/Costa/Vieira da Silva tem sido o “campeão” da constituição de provisões e da anulação de dívidas, por este meio, à Segurança Social.

Quadro 2- Aumento médio anual da dívida à Segurança Social e anulação média anual dessa dívida através da constituição de “provisões”

GOVERNO	Aumento médio anual da dívida Milhões €	Perdao médio anual da dívida através da constituição de provisões Milhões €
PS/Sócrates/Vieira da Silva	953	544
PSD/CDS/Troika	904	325
PS/Costa/Vieira da Silva	230	1 165

O governo PS/Sócrates/Vieira da Silva perdoou, através da constituição de provisões, 3.265,7 milhões € de dívidas à Segurança Social em 6 anos de governo (*uma média de 544 milhões € em cada ano de governo*); o governo de Passos Coelho/Portas perdoou 1.298,4 milhões € em 4 anos de governo (*uma média de 325 milhões €/ano*); e o governo PS/Costa/Vieira da Silva perdoou em apenas 2 anos 2.329,2 milhões € (*1.165 milhões € por cada ano de governo*). O governo PS/Costa/Vieira da Silva é um verdadeiro “campeão” na anulação das dívidas das empresas à Segurança Social através da constituição de “provisões”. No lugar de procurar recuperar a dívida acumulada passada preferiu a solução mais fácil: deixar acumular mais dívida e anular herdada constituindo “provisões”.

Quando é que a Assembleia da República debaterá com profundidade e objetividade esta matéria vital também para a sustentabilidade da Segurança Social, e para que sejam pagas aos pensionistas portugueses melhores pensões, nomeadamente medidas eficazes para combater este flagelo económico e também social que lesa profundamente um direito de todos os portugueses, o de auferir um rendimento após se reformarem que lhes permita viver com dignidade, o que não acontece atualmente para a esmagadora maioria dos pensionistas? Quando é que a comunicação social se interessará em promover um verdadeiro debate nacional sobre esta questão tão importante para milhões de portugueses, questão esta que tem sido sistematicamente ignorada ou silenciada? – São questões que deixo para reflexão de todos os que se interessam pelos verdadeiros problemas de milhões de portugueses. Era bom que o atual governo desse uma explicação aos portugueses do que fez neste campo durante a legislatura.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 28/10/2018